


A PSICOLOGIA *EXPERIMENTARENDE* DE KIERKEGAARD COMO RESPOSTA À *PSYCHOLOGIA EMPIRICA* E À *EXPERIMENTELLE PSYCHOLOGIE*

Natalia Mendes Teixeira¹

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

 <https://orcid.org/0000-0002-3149-2787>

E-mail: natalia.nmt@gmail.com

RESUMO:

A pergunta sobre o objeto, o método e a natureza da Psicologia, a partir do século XVIII, recebeu três propostas: (i) a primeira, apresentada por Christian Wolff, apelava para a conciliação de uma *Psychologia Rationalis* com uma *Psychologia Empirica* baseada nas etapas da *Experimentalphysik* e no Princípio da Razão Suficiente; a segunda, propôs uma virada para a Fisiologia, tornando-se responsável pelo recrudescimento da Psicologia como Ciência independente da Filosofia; a terceira, fundada em uma espécie de estetização da experimentação psicológica, oferece uma abordagem existencial dos fenômenos mentais. Arguiremos que o projeto de Søren Kierkegaard (1813-1855) esboçou um método que levou a diante esta última proposta recorrendo, ao mesmo tempo, a uma versão muito própria de Psicologia Experimental e opondo-se decisivamente à virada para a Fisiologia, Kierkegaard teria situado seu projeto entre a derrocada da *Psychologia Empirica* de Wolff e a ascendente *Experimentelle Psychologie* baseada na Fisiologia.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Filosofia; Kierkegaard; Século XIX; Psicologismo.

KIERKEGAARD'S PSYCHOLOGY *EXPERIMENTARENDE* AS A RESPONSE TO *PSYCHOLOGIA EMPIRICA* AND *EXPERIMENTELLE PSYCHOLOGIE*

ABSTRACT:

The question about the object, method, and nature of Psychology in the first half of the 19th century received three proposals: the first, presented by Christian Wolff, appealed to the conciliation between the *Psychologia Rationalis* and the *Psychologia Empirica* based on the process of *Experimentalphysik* and in the Principle of Sufficient Reason; the second, proposed a shift towards Physiology this proposal was responsible for establishing the Psychology as an independent Science; the third offers an existential approach to mental phenomena. We argue that the project of Søren Kierkegaard (1813-1855) presents a Psychology *Experimenterende* as a response to *Psychologia Empirica* and the *Experimentelle Psychologie*.

KEYWORDS: Psychology; Philosophy; Kierkegaard; XIX century; Psychologism.

¹ Doutorando(a) em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo – RS, Brasil.. Bolsista CAPES/PROSUC.

Introdução

A transição da Filosofia da Natureza (*Naturphilosophie*) para às Ciências da Natureza (*Naturwissenschaft*) influenciou a passagem da *Psychologia Empirica* oitocentista de Wolff, baseada na filosofia transcendental, para a *Experimentelle Psychologie* baseada na nascente Fisiologia e esboçada por Wilhelm Wundt. A proposta de Psicologia de Christian Wolff (1679-1754) buscava preservar a natureza subjetiva da experiência de primeira pessoa, ao mesmo tempo que buscava aderir aos requisitos científicos vigentes de objetividade, validade universal e experimentação. A Psicologia seria uma espécie de Ciência sem dissociar-se da Filosofia porque Ciência era conhecimento universal e necessário acessível dedutivamente através de proposições lógicas. A Psicologia dependeria então, assim como qualquer outra Ciência, da Filosofia para assegurar seu estatuto científico. Ao final do século XIX, contudo, os novos resultados da Biologia à Química, atrelados às fissuras dos sistemas idealistas levaram as filosofias *a priori*, dedutivas e fundacionistas a serem questionadas e substituídas pelo paradigma das Ciências Empíricas. Os novos resultados das *Naturwissenschaft* provinham de métodos que incluíam observação, hipóteses, experimentação e repetição laboratorial tornando as evidências empíricas o paradigma de cientificidade² – e não mais o mero encadeamento de proposições lógicas e análises causais indutivas.

Este artigo situa-se neste contexto, ao estabelecer a *Experimenterende Psychology*, a Psicologia e o método psicológico proposto pelo filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855), dentro processo de transição de paradigma filosófico da *Psychologia Empirica* de Wolff (1728) para o de paradigma científico da *Experimentelle Psychologie* desempenhada por Wilhelm Wundt nos laboratórios da Universidade de Leipzig (1879) que culminou na formalização da Psicologia como disciplina independente da Filosofia. Esta querela culminaria, ao final do século, no *Psychologismusstreit* – tanto no sentido de reducionismo epistêmico e lógico, quanto de processo histórico³.

Ao opor-se à proposta de Psicologia das Filosofias fundacionistas de um lado e, de outro, ao server da Filosofia à Ciência – ou seja, nem a Filosofia como Ciência, nem a redução daquela à esta incorrida pela deleção de seus objetos – Kierkegaard teria de lidar com problemas éticos, performativos e epistêmicos que a Psicologia enfrentara e, assim, também garantir a observação e a repetibilidade, sem recorrer à ascendente Fisiologia ou tentar retornar à Psicologia transcendental. Assim, a proposta da *Experimenterende Psychology* precisaria responder à seguinte pergunta: como evitar o desafio ético, o performativo e o epistêmico e, assim, também garantir a repetibilidade, sem recorrer à Fisiologia? O texto a seguir está dividido de modo a contextualizar e responder a esta pergunta, apresentando: (i) uma breve história filosófica da querela da Psicologia expondo seu processo de transição de disciplina da Filosofia à Ciência independente; (ii) expondo os problemas que a Psicologia passaria a enfrentar pela necessidade de regulação dos fatores de *observação e repetição* no *experimento* psicológico; e por fim, (iii) argumentar como a *Experimenterende Psychology*, exposta n'*A Repetição: um ensaio de psicologia experimental*, responderia a estes problemas de observação, repetição e empiricização dos fenômenos mentais.

² Sobre este processo conferir *Depois de Hegel* (Beiser, 2017).

³ O psicologismo é um programa que reduz epistemologicamente a Filosofia à Psicologia, ou ontologicamente um certo conjunto de entidades ou fenômenos a entidades ou fenômenos psicológicos. Sobre isso conferir: PORTA, M. *Psychologism*. Routledge Encyclopedia of Philosophy, New York, 2020; KUSCH, Martin. *Psychologism: a case study in the sociology of philosophical knowledge*. London; New York: Routledge, 1995.

1. De disciplina da filosofia a ciência independente: a querela da psicologia

A Filosofia já capitaneava uma longa discussão sobre os fenômenos psicológicos desde os gregos. A obra que inaugura a Psicologia como estudo que interessava propriamente à Filosofia foi *De Anima* de Aristóteles⁴. Embora este estivesse travando uma discussão sobre a *Psykhé* – princípio comum a tudo o que vive, i.e., todos os seres dotados de *anima* – já com os megáricos, os pitagóricos, Epicuro, Demócrito e Platão foi a obra de Aristóteles que se tornou referência do Renascimento até os cursos de Wolff em Marburgo nos estudos dos “fenômenos comuns à *psykhé* e ao corpo” [PN 436a6-8]. O problema, mas também o mérito da obra, estava em tratar igualmente da *alma* das plantas, dos animais e dos homens sem diferenciar, portanto, fenômenos da Biologia do terreno posteriormente circunscrito à Psicologia. Para Aristóteles, a ideia de *nutrição de si mesmo* inclui plantas e homens e estaria presente de todas as manifestações de vida [DA 414b34].

Apenas no século XVIII, através da proposta de Christian Wolff, a Psicologia passa a ser uma preocupação mais recorrente à investigação filosófica. Para dar conta dos fenômenos mentais e das faculdades da alma, Wolff propôs uma divisão bipartite da Psicologia inspirada na *Experimentalphysik* newtoniana, que era dividida metodologicamente entre Física Experimental e Física Dogmática (ou teórica), tal decomposição resultaria na *Psychologia Empirica* (1734) e na *Psychologia Rationalis* (1732)⁵. Esta divisão guinou o debate sobre o *estatuto* da Psicologia na Filosofia e na Ciência porque (i) Wolff foi o primeiro a levantar a pergunta pela possibilidade de oferecer uma *Psicologia Empírica*⁶ – mesmo que ainda não se tratasse propriamente de uma Psicologia Experimental; e (ii) usou o mesmo modelo científico para a investigação de fenômenos físicos (*Physis*) e mentais (*Psykhé*).

A tarefa da Psicologia seria *fornecer as razões para as coisas que são possíveis através da alma*. Não se trata de duas Psicologias, senão de dois momentos da investigação psicológica. A *Psychologia Rationalis* seria “aquela parte da Filosofia que se ocupa da alma” (WOLFF, 1728/2006, p. 39), enquanto a *Psychologia Empirica* aquela “ciência que estabelece através da experiência os princípios a partir dos quais pode ser fornecida a razão para o que ocorre na alma humana” (WOLFF, 1728/2006, p. 64)⁷. As experiências e observações mentais coletadas em terceira pessoa chegam aos nossos sentidos de forma imediata como dados brutos e precisariam ser conduzidas por princípios filosóficos arrojados através do método da análise causal indutiva. Assim, de um lado, os resultados da *Psychologia Empirica* (PE) só poderiam ser conhecidos *a posteriori*, a partir do *exame de eventos mentais* através da introspecção e da auto-observação; de outro, a *Psychologia Rationalis* (PR) devia fornecer, através de cadeias de silogismos e análises indutivas, as possíveis consequências lógicas dos conceitos. A PE tem uma certa vantagem sobre a PR porque mantém a mente em contato direto com os dados imediatos dos fatos e atos mentais.

⁴ O próprio termo *Psicologia*, ao que tudo indica, foi cunhado por Joannes Thomas Freigius, em 1575, para referir-se ao conjunto de problemas filosóficos abordados no *De Anima* no *Parva Naturalia* por Aristóteles.

⁵ Nossa consulta sobre Wolff se baseia principalmente na tradução e comentário de Robert J. Richards em seu *Christian Wolff's Prolegomena To Empirical And Rational Psychology: Translation And Commentary* (1980).

⁶ Uma diferença entre o *empírico* e o *experimental* é que o *objeto em questão* seria derivável empiricamente da experiência a partir da auto-observação e da introspecção, mas não seria possível experimentá-lo em terceira pessoa. Um exemplo é o caso de Johann Gottlob Krüger, que em 1756, à época de Wolff, tentou desenvolver uma teoria experimental da alma e sugeriu experimentos em pessoas condenadas pela justiça e animais. O projeto não se desenvolveu por motivos éticos e seu método acabou se direcionado à observação de casos médicos.

⁷ Essas duas definições complementares correspondem à sua própria definição de Filosofia – assim como Aristóteles e mais tarde Kierkegaard, Wolff não via a possibilidade de uma autonomia da Psicologia em relação à Filosofia, o que mais tarde será questionado no *Psychologismustreit* e pela própria virada para a Fisiologia. A tarefa da Filosofia leibniz-wolffinana seria dupla: *a busca por razões* pautada no princípio de razão suficiente de que *tudo o que existe ou acontece tem uma razão ou causa para tal*; e ser uma *ciência dos possíveis*, ou seja, a Filosofia deveria também demonstrar *porque alguns possíveis ocorrem* e outros não, o que corresponderia à investigação de como a própria realidade ocorre.

A PR procede dedutivamente para demonstrar verdades sobre a mente que foram constatadas pela PE, por isso, chega mais próximo do que a PE do ideal da Ciência – ao menos daquela Ciência apriorística – por coordenar procedimentos nos quais o antecedente fornece razões para o conseqüente. Por outro lado, a PR convida a erros por depender de longas cadeias de raciocínios. A *Psychologia Rationalis* PR ofereceria, assim, o correto encadeamento de tudo aquilo que a *Psychologia Empirica* poderia nos fornecer através da *experimentação* e da *observação*, indicando quais conceitos se deduzem de outros. Os resultados extraídos pela experiência precisariam ainda ser *reduzidos a determinados conceitos* e escrutinados através da *Psychologia Rationalis*. Então, de certa forma, a *Psychologia Empirica* não poderia nos dar sozinha o conhecimento das *razões* daquilo que alcançamos através da *observação*:

Para descobrir conceitos psicológicos, a alma deve *ser capaz de extrair de si própria muitas operações*. É preciso, portanto, *haver experiência de muitas coisas*. Pois, a partir dos *eventos que transcorrem em nossa alma, nós agrupamos o que pode acontecer e os reduzimos a determinados conceitos*. Aquele que deseja ter conceitos correspondentes a termos e estar certo de sua verdade deve tentar *experimentar em si mesmo aquelas coisas tratadas na psicologia*, ou então reduzir esses termos a outros que ele *possa experimentar em si próprio* (WOLFF, 1980, p. 231 – grifo e tradução nossa).

O método era a introspecção direta da mente por operações normais e passivas ou por um planejamento experimental ativo. O sujeito executa em si mesmo a *observação*, ele é o sujeito-observador e objeto-observado – o que vai também em grande medida fundamentar também a *Psicologia Experimenterende* de Kierkegaard. Contudo, se a introspecção é o meio próprio de formulação das proposições científicas sobre a alma humana (WOLFF, 1728/2006 p. 227); a *Psicologia Empírica* precisaria regular a *observação*, a *experimentação*, a *repetição* e o *fator performativo* da experimentação psicológica.

2. A regulação dos fatores: *observação e repetição no experimento psicológico*

De acordo com o *Léxico Filosófico* escrito por Johann Georg Walch em 1775 – um livro que Kierkegaard mantinha em sua biblioteca – na *Psicologia* e na *Física setecentista*, a *observação* lidava com um objeto já preexistente; enquanto o *experimento* seria o momento de criação ou de partes do objeto ou do objeto propriamente (por exemplo, conceitos, categorias, etc.). Ou seja, para que haja *observação* é necessário um objeto pré-existente; para que haja *experimento* é necessária uma certa criação *de partes desse objeto*. Assim, a *observação* e o *experimento* podem ser dirigidos em parte a objetos que *existem para além da nossa relação com eles* e em parte a objetos que *representam ou dependem da nossa relação com eles* e, portanto, incluem uma certa interferência de nossos esforços ou percepções (WALCH, 1775, p. 325). Nesse sentido, a *observação* dependeria do *sujeito* da experiência, ou melhor, do *sujeito experimentador* enquanto o *experimento* seria propriamente o seu procedimento. Observar e experimentar seriam partes essenciais do experimento psicológico. O primeiro trata dos fatos da natureza de forma passiva sem requerer nossa intervenção nela; o segundo exige um grau de intervenção na natureza, isto é, requer uma relação de produtividade, operatividade e mensuração dos fenômenos ou objetos investigados, no caso em questão, as faculdades, movimentos e operações da alma.

O sucesso do experimento, este que requer produtividade, na *Experimentalphysik* dependeria especialmente de dois fatores: grau de *intervenção performativa* e *fator de repetibilidade*. Se na *experiência* científica, dividida em *observação* e *experimento*, a *observação* requer atenção do sujeito-observador, e o *experimento*, por sua vez, precisa ser encenado ou executado pelo próprio sujeito; então, a condução do *experimento* inclui um certo grau de investibilidade subjetiva, isto é,

inclui uma *intervenção performativa* do próprio sujeito-observador. O desafio da Psicologia wolffiana era neutralizar a intervenção performativa como fator de contaminação do experimento como a Física experimental conseguia ao tratar dos fenômenos físicos. No entanto, evidentemente, o estatuto ontológico e epistêmico dos objetos em questão é distinto. O grau de investibilidade subjetiva na investigação dos fenômenos mentais é consideravelmente alto porque há uma dobra: o sujeito-observador é também parte ou o próprio objeto-observado; e então, a observação de segunda ordem, ou seja, a reflexividade do ato performativo, é constantemente contaminada. Wolff não tinha uma boa resposta para isso e esta é uma das fraturas que tornou seu projeto ainda mais suscetível aos ataques de Kant.

De acordo com o *Lexicon Philosophicum* de J. G. Walch (1775), o segundo fator de sucesso e robustez do *experimento*, além do controle da *intervenção performativa*, é que ele fosse passível de *repetições*. Conduções experimentais realizadas uma única vez não poderiam ser qualificadas como propriamente *experimentos científicos* porque não há uma amostragem que evidencie o resultado. O desafio para Wolff era: como o procedimento feito por um único sujeito observador, feito uma única vez, e que incluía ele próprio, poderia assegurar o fator de repetibilidade? Para que haja propriamente *repetição* é necessário que a ideia de *intervenção performativa* regulada inclua um sujeito capaz de ter um olhar puramente objetivo sobre o objeto de modo que outros observadores acessem, sob as mesmas condições, o mesmo fenômeno. Essa regulação da intervenção é o que permite ao objeto ser efetivamente repetível. O sucesso do experimento estava, portanto, na dependência da boa capitalização desses dois momentos: *intervenção performativa* e *repetição*. Mas o método introspectivo de Wolff não parecia dar conta da regulação desses fatores.

Kant, N' *Antropologia de um ponto de vista Pragmático* (1796), escrita ainda no período pré-crítico, argui contra a possibilidade de uma *Psicologia Empírica* e levanta objeções à proposta de Wolff a partir, em grande medida, dessas fissuras. Apesar da própria Antropologia de Kant, pode-se dizer, ter se originado das discussões com a *Psicologia wolffiana* e ambas terem em comum o caráter de uma “doutrina da observação” (Kant, X: 138), Kant considerou a qualificação da auto-observação como forma de *experimento científico* (Kant, X, 134) bem como a apreciação da Psicologia como Ciência, que utiliza os mesmos métodos da Física, indefensável.

Os motivos eram bastante interiores ao próprio projeto kantiano. Primeiro, a Física lida com objetos que possuem continuidade no espaço, e a Psicologia, que investiga a alma humana, com objetos cuja continuidade está apenas no tempo. Não pode, assim, haver continuidade da observação espaço-temporal necessária a um experimento:

[...] com essas experiências internas não se dá o mesmo que com as externas dos objetos no espaço, nas quais os objetos aparecem uns ao lado dos outros e são retidos como permanecendo nele. O sentido interno vê as relações de suas determinações somente no tempo, portanto, no fluxo, onde não há continuidade da observação, o que, porém, é necessário para a experiência (Kant, X, 134).

Diferente dos objetos físicos, a alma não é uma entidade acessível bidimensionalmente no espaço, apenas no tempo (KrV, AA 03: 052). Segundo, a *observação* necessariamente alteraria e distorceria o comportamento humano, ou seja, haveria uma alteração do objeto pela *observação* do sujeito. Haveria uma modificação natural dos estados mentais do sujeito em estado de observação: “[o sujeito] faz exatamente o contrário do que se quer dele” (KrV, AA28: 14 37). O *experimentieren* deveria ser feito sem provocar mudanças de estados mentais porque prejudicariam o fator de *repetição* (KrV, AA28: 749). Ao mesmo tempo, não seria possível apreender a *psique* como um estado imodificado porque a alma ou o estado anímico nunca é fixo. Investigar ou capturar estados mentais já é introduzir uma modificação neles. Kant argumenta pela impossibilidade de levar um outro sujeito *qua* pensante a incorporar nossos próprios

esquemas mentais e experimentais sem que condenemos o *experimento* ética e epistemicamente. O que resultaria na impossibilidade de legar, diante dessas limitações, o status de Ciência à Psicologia. Kant então defende que uma descrição natural do pensamento e do comportamento humanos só seria possível a partir da sua *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*⁸.

A partir da crítica kantiana, uma proposta de Psicologia precisaria resolver e equacionar as seguintes questões: como proceder para que o *experimento* seja confiável? Como equipar epistemicamente o observador? Quais as condições de possibilidade de acesso ao objeto? Como garantir a repetição do procedimento? Como assegurar o controle da intervenção performativa? e como lidar com a questão ética de submeter outra pessoa a experimentos mentais? Como resolver o problema da observação de segunda ordem – isto é, a observação da própria observação? Estas perguntas, ainda que indiretamente, seriam tratadas por Kierkegaard na obra, de 1843, *A Repetição: um ensaio de psicologia experimental*.

3. A repetição: um ensaio de psicologia experimental?

Muitos trabalhos de Kierkegaard evocam pressupostos psicológicos já nos seus subtítulos: *O Conceito de Angústia* é uma “simples reflexão psicológico-demonstrativa” (1844); *a Doença para a morte*, uma “exposição psicológico-cristã” (1849)⁹; *a Repetição* é “um ensaio de Psicologia Experimental” (1843). A obra que melhor localiza Kierkegaard na discussão com a Psicologia oitocentista é esta última, a *Gjentagelsen: Et Forsøg i Den Experimenterende Psychology*. Anteriormente à escolha do subtítulo *Et Forsøg i Den experimenterende Psychology*, Kierkegaard considerou usar *Et Forsøg i Experimental-Philosophie* (Pap. IV B 97, p. 251), “Um ensaio de Filosofia experimental”. Em 1843, contudo, quando a obra é publicada, Kierkegaard opta pelo subtítulo *Et Forsøg i den experimenterende Psychology* mostrando a preocupação com o enquadramento do seu projeto teórico ao que à época estava em vertente debate: a possibilidade não propriamente de uma Filosofia, mas de uma *Psicologia Experimental*.

O dicionário dinamarquês *Fremmedordbog* de palavras de origem estrangeira, na versão de 1853, traduz *Experiência* no uso lato por *Erfaring*, como no alemão *Erfahrung*¹⁰. Sinônimos de *Experiment* são: ensaio (Forsøg, al.: Versuch) e prova (Prøve). Este último aparece como uma categoria importante na última parte da obra que analisa a *prova* de Jó. *Experimental* seria *Erfaringsmæssig* e tem sentido de “empírico”¹¹. Assim, à primeira vista, a escolha da tradução lusófona de *Experimenterende Psychology* por “Psicologia Experimental” parece não ser exata já que também Kierkegaard abertamente se opunha aos procedimentos experimentais aplicados à alma humana. José Justos, tradutor da versão lusófona de *A Repetição*, justifica a escolha da tradução:

A expressão *Experimenterende Psychologi* poderia ser traduzida por *psicologia experimentante* [...] Psicologia, neste contexto, tem um sentido marcadamente etimológico: designa aquela parte da indagação filosófica que lida diretamente com todo o conjunto de categorias que diz respeito à *alma* e às respectivas manifestações ou modos de existência [...]. *Experimental* se aproxima muito [mais] da interpretação da ideia de experimentalismo que se encontra na segunda metade do século XX no âmbito das artes,

⁸ Assim como mais tarde Kierkegaard, Kant entende que uma forma genuína de lidar com esses problemas de acesso à alma é pelo apelo aos recursos literários.

⁹ Alguns trabalhos contemporâneos também investigam aspectos inexplorados da sua Psicologia como, por exemplo, sua descrição perfeitamente apropriada e antecipadora dos fenômenos psicológicos da epilepsia, àquela época pouco estudada, no *Livro de Adler*. Cf: *The temporal lobe epilepsy syndrome elucidated through Søren Kierkegaard's authorship* (H. Hansen; L. Bork Hansen, 1987).

¹⁰ Em Hegel, por exemplo, na Fenomenologia do Espírito é a *Wissenschaft der Erfahrung des Bewusstseins* (Ciência da[s] experiência[s] da consciência).

¹¹ O dicionário Molbech de 1833 não cita *Erfaringsmæssig* apenas *Erfaring*.

designadamente na poesia, nas artes plásticas e na música. Por isto mesmo faz todo o sentido manter a tradução literal da raiz lexical da palavra “experimental” em vez de optar por hipóteses de tradução muito pouco literais como *imaginative constructing*. (*A Repetição*, nota 1, p.29)

*Experimenterende*¹² não é literalmente “experimental” porque está no participio presente – *sofrível e sofrente*, por exemplo, não carregam o mesmo sentido, embora detenham a mesma referência geral ao ato de sofrer. A tradução mais direta seria, por isso, *Psicologia Experimentante* ou *Psicologia Experimentadora* – próxima à escolha dos Hong por *Experimenting Psychology*. O fato é que o sentido de *Experimenterende* já propaga a presença e a interferência do *experimentador* ou *observador* no próprio procedimento *experimental* ou no ato de experiência. Por isso, a Psicologia “Experimental” de Kierkegaard é mais propriamente uma Psicologia da “experimentação”, o que evoca um grau de intervenção performativa do observador. Evocar essa disputa já no subtítulo é pista suficiente – embora tenhamos muitas outras, como mostraremos – para creditarmos que Kierkegaard estava, nesta obra, em um diálogo maduro com a Psicologia do seu tempo e oferecendo uma proposta absolutamente coerente diante dos problemas que a Psicologia enfrentava àquela época.

4. A psicologia experimenterende de Kierkegaard

Para apresentar *A Repetição*, Kierkegaard usa o pseudônimo com um nome bastante sugestivo: *Constantino Constantius*. A obra é um romance epistolar com dois personagens que trocam correspondências: o narrador e o jovem. Ela abre com um excuro denso do narrador sobre o conceito de *repetição* em oposição ao conceito grego de reminiscência, à anamnese socrática e ao conceito hegeliano de mediação. Cada uma das duas partes do texto parece tratar dos dois problemas do experimento psicológico: a *intervenção performativa* da observação psicológica, através do narrador, e a possibilidade da *repetição* na vida do *Jovem*. A obra ensaia um esquema estético-experimental. *Constantino* põe-se a realizar incursões psicológicas colocando as pessoas ao seu redor em enredos previamente elaborados. A narrativa do observador parte da emulação de um experimento psicológico que intenta testar a *repetição* como categoria psicológica. Essa categoria não aparece na natureza, mas como parte da história psicológica do indivíduo em *experimento* – uma entidade metafísica criada para perfazer o experimento em questão.

O narrador funciona como uma espécie de *observador do experimento*: “o interesse se concentra no jovem, enquanto *eu sou uma pessoa em extinção*” (R, p. 34). A proposta inicial do observador é, assim, *desaparecer* do experimento; contudo, isso não ocorre. De um lado, o narrador e suas próprias experiências também aparecem na medida em que Kierkegaard quer mostrar a importância da *situação existencial do observador* para o experimento. Ele nos conta suas impressões sobre a cidade e seus transeuntes e sobre sua visita ao *Königsstädtisches Theater*, por exemplo. De outro, ele também intervém na experiência do jovem, chega a *prever sentimentos* e *acontecimentos* que o acometeriam, a *sugerir comportamentos* e interferir performativamente e de forma ativa no *experimento*. Ou seja, a obra parte de um movimento do narrador da condição de mero *observador passivo* para a de *experimentador ativo*, criando partes do objeto analisado,

¹² Uma forma de explicar essa consideração inicial do subtítulo “Filosofia experimental” deve-se também ao impacto do sucesso da física newtoniana sobre a Filosofia no século XVIII. Embora o termo e a proposta tenham sido rejeitados pela filosofia crítica de Kant, eles foram posteriormente reincorporados por alguns românticos com propostas tais como “física experimental da mente ou do espírito”: Cf. Jürgen Daiber *Experimentalphysik des Geistes. Novalis und das romantische Experiment*, Göttingen 2001. Schlegel também teria dito que o método da Filosofia é, antes de tudo, *um experimento*. Cf. Friedrich Schlegel. *Philosophische Vorlesungen (1800-1807)*. Mas aqui trata-se do sentido de uma experiência não propriamente científica, mas artística.

ensaiaando colocá-lo em situações a fim de desenvolver um tipo de *maturidade* ou testar categorias psicológicas:

Começara a comportar-me frente a ele de modo observador; já não podia deixar de conduzir toda a espécie de experiências no intuito de, como diz o marinheiro, lançar a barquilha para avaliar a velocidade daquela melancolia (R, p.37).

Outro aspecto da intervenção performativa do narrador é não apenas a interferência inevitável do observador na experiência, mas o efeito do comportamento do *sujeito-observado* sobre as experiências e impressões do próprio *observador*:

Porque o seu belo aspecto, a expressão dos olhos plena de sentimento, *tinha sobre mim um efeito quase tentador* [...] há muito tempo *não me sentia assim* [...] porque muitas vezes é *bastante triste ser-se observador* (R, p.34/35)

Com esse envolvimento, o narrador mostra a impossibilidade de se constituir como mero *observador-espectador* diante de experiências humanas:

Em geral todas as emoções humanas profundas desarmam no homem o observador que nele possa haver. Querer observar só acontece quando em vez de tais emoções se encontra um vazio ou quando alguma coqueteria as encobre [...] quem poderia ser inumano ao ponto de *ficar a observá-lo friamente*, quem não se sentiria *invadido* por uma emanção do *fevor* desse indivíduo [...] Diante de um discurso que torce e retorce palavras de forma objetiva colocamos muito calmamente o microscópio à frente dos olhos (R, p.34-35).

Assim, *Constantino* está mostrando a profunda afetação que a experiência do jovem causa sobre ele próprio. Kierkegaard consegue mostrar que a neutralidade das *Experimentalphysik* não pode ser aplicada à relação de intersubjetividade implicada na observação de fenômenos mentais e experiências de primeira e terceira pessoa. A posição do *observador* no experimento, segundo Kierkegaard, ao invés de se esquivar da *intervenção performativa*, ele a incorpora ao *experimento* fortalecendo a subjetividade e a imaginação do observador no procedimento de experimentação ao invés de tentar neutralizá-la. Ainda em outras obras Kierkegaard fala sobre a condição epistêmica do observador no procedimento psicológico. No *Conceito de Ironia* (1841) e nos *Discursos Edificantes*, respectivamente, encontramos:

O observador deve ser um erótico, nenhum traço, nenhum momento pode ser indiferente para ele; [...] pois, se bem que o observador traga o conceito consigo, importa, mesmo assim, que o fenômeno não seja violentado, e se veja o conceito surgindo a partir do fenômeno (CI, p. 23).

Não depende apenas do que se vê [o objeto], mas o que se vê depende de como se vê [método]; *toda observação não é apenas um recebimento, uma descoberta, mas também uma criação (bringing forth)[resultado]*, e na medida em que é assim, *como o próprio observador é constituído é de fato decisivo*. [Quando] o objeto visto pertence ao mundo externo, então como o observador é constituído é provavelmente menos importante ou, mais corretamente, *o que é necessário para a observação é algo irrelevante para sua natureza mais profunda*” (EUD, p. 59 – tradução nossa).

Nesta última citação do *Eighteen Upbuilding Discourses* - EUD de 1845, Kierkegaard faz uma distinção entre um observador de um objeto externo, pertencente ao mundo e outro de um objeto pertencente ao mundo psíquico. Neste caso, deveria ser levado em consideração a constituição interna do próprio observador; quando, ao contrário, trata-se de objetos do mundo externo (isto é, físicos), a natureza mais profunda do observador é irrelevante. No primeiro caso,

o objeto é uma criação, um resultado cujas variáveis dependem não apenas do objeto cognoscível, mas do método e do observador – a diferença está na relação do objeto com o próprio observador. Além da equação epistêmica formada entre a tipologia, a ontologia do objeto (o que se vê) e a metodologia da observação (como se vê), Kierkegaard tece uma crítica à neutralidade inquestionável das ciências sem distinção e rigor. O cientista não está fora da história, mas situado dentro de um nexos histórico e cultural que pode modelar suas observações; i.e., nenhuma descoberta é a-histórica ou atemporal e, por isso mesmo é, em alguma medida, uma criação, isto é, resultado de fatores diversos. A situação do observador, do pensador objetivo determina, em certo sentido, o que ele vê; ainda que sua constituição interna não. Fatos inteiramente neutros seriam, portanto, quiméricos; toda observação seria uma espécie de criação equacionada entre o observador, objeto e as variáveis externas.

N^o *A Repetição*, o experimento psicológico aparece como uma espécie de performance teatral – um exemplo é quando o narrador diz que pretendia seguir o jovem para obter mais informações e propõe juntamente com ele emular uma situação. Chenxi Tang defende que o aspecto farsesco e acidental parece se opor à idealidade artística nessa obra, a farsa é caracterizada por uma certa teatralidade do acidental: “o espectador é comicamente reconciliado ao assistir essa concreção acidental fazer uma reinvidicação para ser ideal, o que ela faz pisando no mundo artificial do palco” (R, p.164). O observador, *Constantino*, torna-se espectador de uma farsa que ele criou. A realidade parece ser interessante apenas porque o acidental ou contingente recebe maior significado ao repousar sobre seu olhar teatral. Mas que resultados robustos uma experimentação psicológica teatralizada poderia oferecer? Nenhuma. Para Kierkegaard, em certo aspecto, o que a Ciência experimental realizava era uma espécie de teatralização dos fenômenos da vida. O cientista ensaiava uma espécie de farsa – é possível que Kierkegaard quisesse também apresentar uma certa irresponsabilidade ética nesse tipo de procedimento ensaístico ou ainda, argumentar que o aspecto acidental da performatividade tornaria o experimento algo impossível de ser repetido e ter confiabilidade.

No entanto, da primeira à segunda parte, para resolver o problema da interferência subjetiva, ele muda seu foco da subjetividade do observador para a situação existencial do observado. O objeto de experimentação continua sendo o jovem, mas há uma inversão de perspectivas: das notas do observador à auto-observação do observado. Se a primeira parte é narrada pela voz de um espectador do teatro em busca da *repetição* na vida do sujeito observado, emulando aspectos farsescos; a segunda, é construída pelo único que poderia de fato experimentá-la: o sujeito da observação.

O método de Kierkegaard consistia em dois elementos centrais: primeiro, a posição do *observador* deve ser de uma preocupação apaixonada com a sua própria situação existencial o que torna irrelevante qualquer interesse puramente cognitivo ou técnico em adquirir conhecimento psicológico sobre os outros; e, segundo a própria subjetividade do observador é incorporada no processo. O experimento é, ainda, uma espécie de prova psicológica e existencial (*Prøvelse*) com duração não prevista e resultado incerto. Por isso, na segunda parte, o caso de Jó é trazido para mostrar que, quando o indivíduo vive uma experiência psicológica, uma provação, os demais só podem participar na condição de observadores: os amigos de Jó falam de sofrimento, mas é Jó quem o vivencia. Mesmo que a avaliação desses observadores esteja correta, elas permanecem apenas como um tipo de juízo externo à própria situação existencial de quem vive a experiência; e, portanto, da própria realidade do *experimento*.

Os amigos de Jó funcionam aqui como um exemplo da própria falibilidade da observação e da erudição da Ciência sobre os fenômenos, eventos e experiências psicológicas de terceira pessoa, é por isso que uma *Psicologia Experimental* não é possível, apenas uma *Psicologia da Experiência* cujo observador e experimentador é, no melhor cenário, o próprio indivíduo – em certo sentido,

Kierkegaard está na mesma via da introspecção wolffiana. A *repetição* em experimentos e objetos que não se alteram diante da observação pode ser garantida pelas ciências empíricas; Kierkegaard conseguiu mostrar que na vida do indivíduo a única repetição possível é aquela que é vista subjetivamente, aquela em que o sujeito se dobra sobre ele próprio: ele é o sujeito-objeto da observação e da experimentação.

Chenxi Tang (2002) também defende que esse texto de Kierkegaard ensaia a *crise da experimentação psicológica* no século XIX e sua Psicologia é uma proposta de solução a ela:

Constantino vislumbra uma alternativa poderosa ao método quantitativo fisiológico. Essa concepção alternativa de experimentação psicológica prevista na segunda parte do texto implica uma noção de tempo e repetição distinta daquela da era técnica que se avultava em meados do século XIX. [...] Em suma, parece que a narrativa da jornada espiritual do jovem se presta a pelo menos dois tipos de leitura. Podemos lê-lo como *um experimento conduzido com o propósito de ilustrar a categoria psicológica da repetição*, ou podemos considerá-lo como *uma encenação da crise da psicologia experimental* e subsequentemente apontando para uma saída dessa crise. Esses dois tipos de leitura, no entanto, acabarão por convergir (TANG, 2002, p.107 – grifo e tradução nossa).

E ainda:

Particularmente na esteira da transição do método qualitativo para o quantitativo, por volta de 1840, *experimentos fisiológicos cada vez mais recorreram a dispositivos técnicos para facilitar a observação, preparar órgãos para a observação, induzir, supervisionar e controlar mudanças artificiais nos órgãos sensoriais e em outros e, finalmente, medir e calcular resultados*. O ser humano foi, assim, cada vez mais intimamente e mais profundamente ligado ao aparato técnico e, portanto, moldado como parte de um sistema técnico mais amplo. Por exemplo, em conexão com os experimentos relacionados à visão em andamento, os dispositivos visuais proliferaram no século XIX (TANG, 2002 – grifo e tradução nossa).

O projeto que Kierkegaard vai defender no contexto de transição da *Psicologia Empírica* wolffiana como paradigma institucional para a institucionalização da *Psicologia Experimental* oitocentista é assim que, se de um lado é possível usar conceitos metafísicos para propor uma ontologia ou, como prefere a tradição intérprete, uma fenomenologia dos acontecimentos mentais; de outro, é pela *experiência*, mais propriamente através da *introspecção* e da *observação*, que acessamos os fenômenos psicológicos que descrevemos. No entanto, o tipo de *experiência* que torna os fenômenos psicológicos acessíveis ao sujeito-observador não é o mesmo tipo de *experiência* que torna objetos físicos acessíveis aos cientistas. Essa tese de Kierkegaard é tão impressionantemente madura para seu tempo quando é enormemente negligenciada pela história da Filosofia e da Psicologia e pela própria tradição intérprete especializada. Apesar de Kant ter identificado o problema primeiro; Kierkegaard tem uma proposta arrojada para lidar com ele e a persegue linearmente em todo o seu projeto.

Algumas das respostas de Kierkegaard às perguntas que acima formulamos, são: (i) a situação existencial do observador conta no procedimento da psicologia experimental; (ii) os resultados da *experimenterende* só são completos quando o sujeito *qua* existente é o próprio observador ou, na melhor das hipóteses, é existencialmente interessado no próprio sujeito que passa pela experiência; (iii) o observador-experimentador só extrai aspectos ensaísticos e farsescos da realidade; a questão é como o *observador* pode extrair conhecimento confiável sobre uma experiência de terceira pessoa; (iv) a *intervenção performativa* precisa ser equacionada no experimento, ela é inevitável; (v) a *repetição* só é possível como *Prøvelse* (prova, teste, ensaio) submetida ao próprio sujeito experimentante; (vi) se o observador for moralmente impecável,

haverá alteração de comportamento por parte do sujeito observado (R, p. 88); (vii) há uma relação recíproca entre observador e observado: há um aspecto intersubjetivo na construção do objeto e do experimento porque o observador compromete-se com *fervor* com o observado (R, p.67); (viii) no processo, o observador também se experimenta e se modifica; (ix) o observador não consegue repetir o mesmo experimento em terceira pessoa.

Conclusão

Wolff buscou introduzir os procedimentos da *Experimentalphysik* – *experimento, observação e repetição*. Ao contrário da *Experimentelle Psychologie*, a Psicologia Empírica wolffiana encontraria atravesamentos metodológicos e epistêmicos para assegurar a *observação*, a *experimentação* e o fator de repetibilidade dos fenômenos ou objetos mentais, o motivo: o aspecto performativo surgiria como um interstício ético e epistêmico. Apenas a Psicologia experimental e fisiológica do final do século, ao recorrer ao método quantitativo-experimental e abandonar o qualitativo-empírico, teria recursos epistêmicos e expediente metodológico para litigar estes problemas – e Kierkegaard teria que lidar com eles se quisesse oferecer uma alternativa à Fisiologia.

Kant não foi, assim, o único a condenar a tentativa de falar da alma humana a partir de uma *Experimentalphysik* por serem os procedimentos da Física impossíveis de se aplicar à mente ou à alma humana; Kierkegaard também se opôs à Psicologia como *Wissenschaft* e ofereceu sua alternativa: a substituição da observação experimental e objetiva pela observação experimentadora (*Experimenterende*). Ao contrário de Kant, Kierkegaard defenderá a auto-observação como fonte inesgotável de recursos psicológicos; e que, sendo o observador bem treinado para os fenômenos, a suposta mudança de comportamento diante da *observação* não compromete o experimento e pode ser incorporada a ele. Kierkegaard estava ciente da impossibilidade de regulação tanto da *intervenção performativa* quanto da possibilidade de *repetição* em experimentos mentais, ou melhor, experimentações psicológicas e, segundo ele: i) há um investimento subjetivo por parte do observador que *faz o experimento*; ii) o ser humano não é ontologicamente idêntico aos objetos físicos; iii) fazer experimentos em seres humanos acarreta questões éticas que não estão implicadas nos experimentos físicos; iv) o investimento subjetivo na observação é inevitavelmente incorporado à própria observação; e, portanto, v) as experiências psicológicas do observador-experimentador não são, de nenhuma forma, repetíveis.

Referências

- ARAUJO, Saulo De Freitas, “O Lugar de Christian Wolff na História da Psicologia”. *Universitas Psychologica*, 3, 11 p. 1024, 2012.
- ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução: Maria Cecília Gomes dos Reis. Editora 34, 2012.
- ARISTÓTELES. *Parva Naturalia*. Oxford: New York: Oxford at the Clarendon Press, 2000.
- BEISER, Frederick. *Depois de Hegel*. Editora Unisinos: São Leopoldo, 2017.
- BELL, Mathew. *The German Tradition of Psychology in Literature and Thought, 1700-1840*. Cambridge: University Press, 2005.
- BRENTANO, Franz. *O Psicologismo: Ou o porquê não sou um psicologista*. Trad: Evandro Brito. *Revista Peri*, V 05. N 01, p. 169-172, 2013.
- DAIBER, Jürgen, *Experimentalphysik des Geistes: Novalis und das romantische Experiment*. Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, p.330, 2001.
- DYCK, Corey. *Kant and rational psychology*. Oxford University Press, Oxford, United Kingdom ; New York, NY, First edition., p.257, 2014.
- HANSEN, H. y HANSEN, L. Bork, “The temporal lobe epilepsy syndrome elucidated through Søren Kierkegaard’s authorship and life”. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 3, 77, p. 352–358, 1988.
- HATFIELD, Gary, “Kant and Empirical Psychology in the 18Th Century”. *Psychological Science*, 6, 9. p. 423–428, 1998.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. 1. Ed. Vozes, Petrópolis, 6. ed., p. 271, 2001.
- KANT, I. *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*. Reinhard Brandt. Meiner: Hamburg, 2000.
- KANT, I. *Crítica Da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KIERKEGAARD, S. *Eighteen upbuilding discourses*. Princeton University Press, Princeton, N.J, p. 559, 1990.
- KIERKEGAARD, S. *A Repetição: Um ensaio em psicologia experimental*. Tradução de José Miranda Justo. Lisboa: Relógio d’água, 2008.
- KIERKEGAARD, S. A. *Fear and Trembling; Repetition*, tradução de Howard V. Hong e Edna H. Hong. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1983.
- KIERKEGAARD, S. *Pós-escrito às migalhas filosóficas*. Tradução de Álvaro Montenegro Valls. São Paulo: Vozes, 2013.
- KIERKEGAARD, Søren. *O conceito de ironia: constantemente referido a Sócrates*. Tradução de Álvaro Valls. Ed. Universitária São Francisco, Bragança Paulista, 2006.
- KLEMPPE, Sven Hroar, “Kierkegaard and Psychology as the Science of the ‘Multifarious Life’”. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 3, 47, p. 367–375, 2013.
- KRÜGER. *Versuch einer Experimental-Seelenlehre*. Halle/Helmst dt: Hemmerde, 1756.
- KURZER, J. G. S. *Begriff aller Wissenschaften und ändern Teilen der Gelehrsamkeit*. Frankfurt, Leipzig, p. 130, 1786.
- KUSCH, Martin. *Psychologism: a case study in the sociology of philosophical knowledge*. London; New York: Routledge, 1995.
- MCCARTHY, Vincent A., *Kierkegaard as psychologist*. Northwestern University Press, Evanston, Illinois, 2015, p.190, 2015.
- MCDONALD, W. Kierkegaard’s experimenting Psychology. In: Buben, Adam (ed.), *The Kierkegaardian mind*. Routledge, New York, 2019.
- MOLBECH, C. *Dansk Ordbog indeholdende det danske Sprogs Stammeord*, Copenhagen: Gyldendal, 2 vols, 1833.
- Ordbog over det danske Sprog – Historisk Ordbog – 1700-1950*, 2014. 28 vols. Disponível em <http://ordnet.dk/ods>. Último acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

- PORTA, M. *Psychologism*. Routledge encyclopedia of philosophy. Routledge, London; New York, 2020.
- SCHLEGEL, Friedrich von. *Philosophische Vorlesungen* [1800-1807]: zweiter teil. Schöningh, München, 1964.
- SHARPLESS, Brian A., “Kierkegaard’s conception of psychology.” *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 2, 33, p. 90–106, 2013.
- SUZUKI, Márcio, “Os desdobramentos da psicologia experimental em Moritz, Kant e Kierkegaard”. *DoisPontos*, 1, 17, 2020.
- TANG, Chenxi. Kierkegaard and the Culture of Psychological Experimentation in the Nineteenth Century. *KulturPoetik*, Bd. 6, H. 2 p. 172-188 2006.
- TANG, Chenxi. Repetition and Nineteenth-Century Experimental Psychology. *Kierkegaard Studies Yearbook*, 2002.
- WALCH, J. G. *Philosophisches Lexicon*, Ed Justus Christian Hennings, Ed. 4. Leipzig, p. 324-5, 1775.
- WOLFF, C. *Einleitende Abhandlung über Philosophie im allgemeinen* (G. Gawlick und L. Kreimendahl, Übers. und Hgg.). Stuttgart/Bad Cannstatt: Frommann- Holzboog. Erstausgabe, 1728/2006.
- WOLFF, C. *Philosophia rationalis sive Logica*. Frankfurt: Rengeriana, 1732.
- WOLFF, C. Prolegomena to empirical and rational psychology. In: R. Richards. *Christian Wolff’s prolegomena to empirical and rational psychology: Translation and commentary*. Proceedings of the American Philosophical Society, p. 227-239, 1980.
- WOLFF, C. *Psychologia empirica, methodo scientifica pertractata*. Frankfurt/Leipzig: Rengeriana, 1738.
- WUNDT, W. *Outlines of Psychology*. Leipzig: W. Engleman, 1897.
- WUNDT, W. *Principles of physiological psychology*. Trans: E. B. Titchener. Sonnenschein: London, 1904.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Natalia Mendes Teixeira. natalia.nmt@gmail.com